



The Commonwealth of Massachusetts
Departamento de Acidentes de Trabalho

Guia do Sistema de Remunerações
Compensatórias do Estado de
Massachusetts



Para trabalhadores acidentados

O QUE SÃO AS RETRIBUIÇÕES COMPENSATÓRIAS?

O Sistema de Remunerações Compensatórias do Estado de Massachusetts existe para garantir a protecção dos trabalhadores por um seguro de acidentes de trabalho, no caso de lesões corporais durante o trabalho ou de contraírem alguma doença profissional.

Segundo este sistema, a entidade patronal é obrigada, pela legislação em vigor no estado do Estado de Massachusetts, a providenciar um seguro que garanta as remunerações compensatórias (WC = Workers' Compensation) a todos os seus trabalhadores. Este seguro pagará todos os tratamentos médicos necessários relacionados com o acidente e também uma compensação parcial pela redução do vencimento, após o quinto dia de baixa. Com este seguro, a entidade patronal ficará protegida contra a possibilidade de ser processada pelo trabalhador acidentado. No entanto, podem ser processados terceiros através de uma acção cível.

Se a sua pretensão for contestada pela companhia de seguros, se não receber tudo aquilo a que julga ter direito, ou se tiver quaisquer outras dificuldades para receber as suas remunerações compensatórias, o Departamento de Acidentes de Trabalho (DIA) pode ajudá-lo. Esta brochura descreve de forma sucinta o que acontece em caso de acidente de trabalho. Ela mostra-lhe quais são as suas responsabilidades, as da sua entidade patronal e as da sua companhia de seguros.

O QUE FAZEMOS

O DIA é, antes de mais, uma alternativa ao sistema judicial e tem como função resolver questões relacionadas com o pedido de remunerações compensatórias (WC). Os nossos funcionários estão habilitados a responder às suas dúvidas sobre este assunto e a informá-lo sobre os procedimentos adequados a seguir para receber esses benefícios. É importante que guarde todos os documentos que lhe são forem pela sua entidade patronal ou pela

companhia de seguros, assim como cópias de todos os impressos que tenha preenchido a pedido destas entidades. Quando telefonar para o nosso serviço de informações tenha junto de si essas cópias assim como uma esferográfica e um bloco de apontamentos. Poderá ser também conveniente escrever antecipadamente as questões que pretende colocar-nos, de modo a que não se esqueça de nenhuma dúvida.

Esta brochura esclarece, de forma sucinta, quais os seus direitos e obrigações segundo a lei que rege a atribuição de remunerações compensatórias no Estado do Estado de Massachusetts. Depois de ler atentamente esta brochura, deverá ficar a compreender adequadamente o funcionamento do nosso sistema.

Benefícios adicionais – a lei das remunerações compensatórias do Estado de Massachusetts não exige a continuidade da maior parte dos benefícios adicionais, incluindo o seguro de saúde. Pergunte ao departamento de pessoal da empresa onde trabalha de que forma a sua lesão poderá afectar o seu seguro de saúde e quais as respectivas regras de dispensa por doença e tempo de férias.

Importante: O DIA dispõe de diversos 'impressos numerados' que as entidades patronais e companhia de seguros devem utilizar para o manter informado sobre as acções que desenvolvem relativamente às suas pretensões. Nesses impressos poderá encontrar o contacto telefónico do DIA, mas se tiver dúvidas acerca das informações neles contidas, ligue para o representante da respectiva área da Companhia de Seguros e não para o DIA!

INÍCIO DO PROCESSO

Quando o trabalhador é acidentado durante o trabalho, a respectiva entidade patronal deverá iniciar o processo de pedido de retribuição. Se houver necessidade de cuidados médicos, a **entidade patronal** deverá notificar a respectiva companhia de seguros acerca das despesas de tratamento médico efectuadas. A companhia de seguros enviar-lhe-á um cartão de seguro com um número de processo, número esse que deverá indicar ao seu médico, de modo a que as despesas de tratamento médico sejam enviadas directamente para a companhia de seguros. Se não receber este cartão imediatamente após o acidente, contacte a companhia de seguros. A maioria dos prestadores de cuidados médicos pedir-lhe-á esse número. Quando procurar os serviços de um médico ou de outro profissional de saúde tenha o cuidado de os informar que os seus tratamentos se relacionam com um acidente de trabalho. Se eles aceitarem tratá-lo estarão a aceitar proceder ao envio das despesas para a companhia de seguros. Esta será responsável por todas as despesas, pelo que o trabalhador não terá de pagar nada.

Se o trabalhador ficar incapacitado, inibido de receber a totalidade do seu vencimento por um período de cinco ou mais dias de calendário, a respectiva entidade patronal é obrigada a comunicar a sua incapacidade à companhia de seguros e ao DIA através de um impresso Employer's First Report of Injury/Fatality (Modelo 101). Não é necessário que estes cinco dias sejam consecutivos, sendo contados todos os dias, quer a paragem tenha sido total ou parcial.

A entidade patronal deve entregar esta participação no prazo de sete dias, não incluindo domingos ou feriados oficiais, após cinco dias de incapacidade. Se esta for comunicada à sua entidade patronal depois de cinco ou mais dias, a mesma ficará obrigada a preencher o Modelo 101 nos sete dias subsequentes. Se a entidade patronal não enviar este impresso à companhia de seguros, deverá ser o trabalhador acidentado a fazê-lo. Nas instalações do local de trabalho deverá ser afixado um cartaz com o nome e morada da respectiva companhia de seguros e outras informações. Se a entidade patronal não cumprir esta regra e não o informar sobre o nome da respectiva companhia de seguros, o serviço de seguros do DIA poderá ajudá-lo.

A **companhia de seguros** deverá iniciar o pagamento de vencimentos perdidos ou enviar-lhe uma notificação de recusa indicando as razões da mesma, no prazo de 14 dias após a recepção do Modelo 101 enviado pela sua entidade patronal. Isto quer dizer que o trabalhador acidentado deverá receber o primeiro cheque no prazo de três a quatro semanas após a ocorrência do acidente. Receberá uma compensação por vencimentos perdidos por cada dia que fique incapacitado para além dos primeiros cinco dias, não

sendo compensado pelos primeiros cinco dias de incapacidade, excepto se esta se prolongar por período igual ou superior a 21 dias.

NOTA: O período de 180 dias designado "Pay without Prejudice" pode ser ampliado pela companhia de seguros até um ano, mediante a autorização por escrito do trabalhador acidentado, declarada no Modelo 105, Agreement To Extend 180 Day Payment Without Prejudice Period. É necessário que o Modelo 105 seja aprovado pelo Departamento.

É fundamental que o trabalhador conheça bem os seus direitos, antes de dar a sua autorização ou assinar quaisquer outros documentos.

A companhia de seguros poderá pagar-lhe a indemnização compensatória por um período até 180 dias, sem ter que tomar uma decisão definitiva em relação ao seu caso. Esta situação é designada por período "Pay without Prejudice". Durante este período inicial, a companhia de seguros pode interromper ou reduzir os pagamentos, dando-lhe conhecimento desse facto por escrito com uma antecedência de sete dias e apresentando as razões para essa decisão. Se a companhia de seguros continuar os pagamentos para além deste período, necessitará, na maioria dos casos, da sua autorização ou da autorização de um juiz, para terminar ou reduzir o pagamento da sua indemnização.

E SE A SUA PRETENSÃO FOR CONTESTADA?

Se a companhia de seguros decidir contestar a sua pretensão, deverá informá-lo por carta registada, explicitando as respectivas razões e referindo que o trabalhador tem o direito de reclamação junto do DIA. O mesmo procedimento deverá ser seguido no caso de a companhia de seguros iniciar o pagamento e o interromper ou se solicitar ao DIA a autorização para a suspensão do pagamento.

Se a companhia de seguros recusar a sua pretensão inicial de atribuição do subsídio, o trabalhador acidentado poderá recorrer dessa recusa através do DIA. Para isso **deverá** utilizar o Modelo 110, Employee's Claim Form. Este impresso deve ser preenchido **na totalidade e correctamente**. Os impressos estão disponíveis no nosso site

www.mass.gov/dia e em todos os escritórios do DIA, podendo ainda ser solicitados através do nosso Public Information Office (Departamento de Informação ao Público), através do telefone 617-727-4900, ext. 470.

Será necessário anexar alguns documentos aos seus pedidos. Poderá encontrar a relação desses documentos no nosso site www.mass.gov/dia, assim como outras informações sobre os procedimentos adequados junto dos nossos serviços. Quando tiver preenchido o impresso respectivo, anexe os documentos solicitados e envie-os para: DIA, 600 Washington St., 7th Floor, Boston, MA 02111 (a morada encontra-se no cabeçalho do impresso). **NÃO ENVIAR PEDIDOS DE SUBSÍDIOS/INDEMNIZAÇÕES PARA AS DELEGAÇÕES REGIONAIS! Todos os pedidos devem ser enviados para a sede do DIA em Boston.**

Deverá ser enviada também uma cópia destes documentos para a companhia de seguros. A entidade patronal é obrigada por lei a fornecer-lhe o nome e a morada da companhia de seguros. Se lhe forem recusadas estas informações ou se a companhia de seguros não tiver um Sistema de Remunerações Compensatórias, notifique imediatamente o DIA. Recomendamos-lhe que guarde uma cópia do Modelo 110 para seu arquivo pessoal. Quando se dirigir a qualquer serviço do DIA, verifique se tem consigo toda a correspondência trocada com a companhia de seguros e com o DIA, assim como outros documentos relevantes, em especial o aviso a informá-lo sobre o procedimento.

Conciliação

Quando o trabalhador acidentado preenche um Employees' Claim no DIA, ou quando a companhia de seguros solicitar autorização para cancelar ou alterar as suas remunerações, será agendado um encontro informal com o trabalhador, com a companhia de seguros e com um mediador deste departamento. Esta reunião, designada Reunião de Conciliação, tem lugar normalmente 12 dias úteis após a entrega do pedido. Nesta reunião informal tentaremos alcançar um acordo voluntário entre o trabalhador e a companhia de seguros. Nenhuma decisão poderá ser forçada nesta fase. Se não for possível atingir um acordo voluntário, o estatuto do seu pedido permanecerá inalterado e o seu caso poderá ser enviado para um dos nossos juízes, para marcação de uma Conferência. O trabalhador e a companhia de seguros podem também optar por uma arbitragem voluntária.

Arbitragem Voluntária

A qualquer momento, antes de serem atingidos os cinco dias que antecedem a Conferência, o trabalhador e a companhia de seguros podem optar por uma arbitragem independente. Nesse caso, o nosso departamento cessará a sua intervenção no caso em questão. O trabalhador deve apresentar o seu caso ao mediador, a companhia de seguros fará o mesmo e o mediador tomará uma decisão que ambas as partes se comprometem a cumprir.

Conferência

A Conferência é um procedimento informal perante um juiz administrativo. Este ouvirá as versões de ambas as partes e analisará os documentos que lhe forem apresentados, tais como relatórios médicos, comprovativos do vencimento e declarações de testemunhas, que não serão chamadas a comparecer perante o juiz, sendo apresentadas apenas os respectivos depoimentos. Os testemunhos não são efectuados sob juramento. Na Conferência, o trabalhador deverá demonstrar que está incapacitado, que essa incapacidade se relaciona com o seu trabalho e que todas as contas de tratamentos médicos apresentadas se referem a tratamentos necessários ao seu estado de saúde. Após a Conferência, o juiz deliberará, ordenando à companhia de seguros o pagamento das indemnizações ou decidindo que a mesma não é obrigada a efectuar quaisquer pagamentos ao trabalhador.

A deliberação da Conferência pode ser contestada por ambas as partes. Este recurso deve dar entrada no DIA até 14 dias imediatamente a seguir à deliberação e implica o pagamento de uma taxa de \$450, caso seja baseado em questões médicas. O

trabalhador poderá ficar isento do pagamento desta taxa se provar que não tem condições para a pagar. Se ambas as partes recorrerem da deliberação da Conferência, será agendada uma Audiência oficial perante o mesmo juiz.

Audiência

Uma audiência é um procedimento mais oficial que tem lugar perante o mesmo juiz administrativo que presidiu à Conferência. Aplicar-se-ão as regras de avaliação das provas e os testemunhos são efectuados sob juramento. As testemunhas são chamadas e interrogadas pela parte contrária, sendo todas as declarações registadas por um estenógrafo. Após a audiência, o juiz pode continuar a recolher informação. A deliberação tomada numa audiência pode ser contestada através de recurso interposto junto do Conselho de Recurso por qualquer uma das partes (Impresso 112) no prazo de 30 dias após a publicação da deliberação da audiência. Deverá ser paga uma taxa igual a 30 por cento do salário médio semanal auferido no Estado (na altura do recurso) para recorrer da deliberação tomada na audiência.

O Conselho de Recurso

Este conselho é constituído por seis juizes, três dos quais examinarão as transcrições da audiência. Poderão pedir sínteses escritas e argumentos orais a cada uma das partes. Este painel pode reverter ou manter a decisão do juiz administrativo.

Outros recursos

As decisões do Conselho de Recurso podem ser contestadas através da apresentação de recurso no *Massachusetts Court of Appeals*.

COMO SÃO DETERMINADOS AS SUAS COMPENSAÇÕES

A maioria das compensações tem como base o seu salário médio semanal auferido antes do acidente (incluindo horas extraordinárias, gorjetas, etc.), até 52 semanas antes da data do acidente. Se não esteve no seu emprego actual durante um período de tempo suficiente para determinar com rigor o seu salário médio semanal, a companhia de seguros pode utilizar os salários reais de um colega de trabalho que tenha exercido as mesmas funções durante um período de tempo suficiente para determinar um salário médio semanal, ou utilizar outro método.

Tratamentos médicos

Terá direito a cuidados médicos adequados e razoáveis. Ser-lhe-ão pagos também os quilómetros das deslocações realizadas para as consultas ao médico (incluindo os quilómetros do regresso). Para a sua primeira consulta no médico ou no hospital, a entidade patronal tem o direito de designar um fornecedor de serviços de saúde que se enquadre nas respectivas preferências. Após esse primeiro tratamento, o acidentado terá o direito de escolher os seus próprios fornecedores de serviços de saúde. É possível mudar de fornecedor de serviços de saúde uma vez sem o acordo da companhia de seguros. Para

mudar novamente de fornecedor, será necessário o acordo da companhia de seguros. A companhia de seguros tem o direito de solicitar ao trabalhador que compareça junto de um médico por ela escolhido para avaliação da sua incapacidade.

Remunerações por incapacidade total temporária

O trabalhador terá direito a receber remunerações compensatórias temporárias totais se o acidente o deixar incapacitado de trabalhar, tendo em conta a sua idade, formação e experiência, durante seis ou mais dias de calendário (não é necessário que os dias sejam consecutivos). Tem ainda direito a receber as referidas remunerações por um período máximo de 156 semanas. A compensação terá início no sexto dia de incapacidade; os primeiros cinco dias não serão considerados, salvo se existir incapacidade durante 21 dias ou mais. Refira-se mais uma vez que não é necessário que estes dias sejam consecutivos.

As remunerações compensatórias totais temporárias são calculadas com base no rendimento bruto auferido pelo trabalhador durante as 52 semanas anteriores ao acidente. Para calcular estas remunerações, considere o seu rendimento bruto real, incluindo horas extraordinárias, bónus, etc., e divida este valor pelo número de semanas que trabalhou, para chegar ao valor do seu salário médio semanal. Multiplique este valor por 60 por cento e chegará à sua compensação semanal aproximada. O máximo que pode receber é o salário médio semanal auferido no Estado na altura do acidente. Este salário é fixado anualmente pela Massachusetts Division of Employment and Training (Departamento de Emprego e Formação Profissional de Massachusetts).

Remunerações compensatórias por incapacidade parcial

Se tiver capacidade para trabalhar, mas não foi considerado apto pelo seu médico para trabalhar a tempo inteiro, poderá ter direito a remunerações parciais durante um período máximo de 260 semanas. Para certos tipos de incapacidade grave, poderá receber benefícios durante um período máximo de 520 semanas.

Os pagamentos para incapacidade parcial são equivalentes a 60 por cento da diferença entre o seu salário médio semanal anterior ao acidente e os salários semanais que auferir neste momento. A compensação máxima ao abrigo desta secção da lei é limitada a 75 por cento do que seriam os seus benefícios totais temporários semanais. Por exemplo, se recebesse \$440 por semana como remuneração compensatória total temporária, o máximo que poderia receber, caso tivesse direito a remunerações parciais, seria \$330 por semana.

Remunerações compensatórias por incapacidade total permanente

Se ficar incapacitado de forma total e permanente para efectuar qualquer tipo de trabalho em consequência de acidente de trabalho ou doença profissional poderá ter direito a remunerações compensatórias permanentes. Poderá receber estes pagamentos enquanto estiver incapacitado para trabalhar. Não é necessário chegar ao limite dos pagamentos temporários para poder solicitar o pagamento de remunerações compensatórias permanentes.

Receberá dois terços do seu salário médio semanal (ou um mínimo de 20 por cento do salário médio semanal auferido no Estado) com base nas 52 semanas anteriores ao acidente, até ao máximo do salário médio semanal auferido no Estado.

Remunerações compensatórias por perda de funções corporais e desfiguramento

Se os seus ferimentos tiverem como resultado uma perda permanente de certas funções corporais específicas ou cicatrizes, poderá receber a quantia a que tem direito num só pagamento, ao abrigo da secção 36 da Lei de Remunerações Compensatórias. Esta remuneração é paga em acréscimo a quaisquer outras despesas – contas de tratamentos médicos, vencimentos perdidos, etc. No caso de ter ficado com cicatrizes, terá direito a receber esta compensação adicional, se as mesmas se encontrarem na face, no pescoço ou nas mãos. As pessoas acidentadas antes de 24 de Dezembro de 1991 têm direito a remunerações compensatórias ligeiramente diferentes. Contacte o seu escritório de informações em caso de dúvidas sobre as remunerações ao abrigo da secção 36. Para efectuar cálculos específicos relativos às compensações, após a companhia de seguros lhe ter apresentado uma proposta, contacte um mediador da nossa Conciliation Unit – 617-727-4900, ext. 369.

Outras remunerações compensatórias

Serão pagas despesas de funeral razoáveis até \$4000 quando os ferimentos resultarem na morte do trabalhador. O cônjuge sobrevivente poderá receber remunerações semanais equivalentes a dois terços do salário médio semanal do falecido, até ao máximo do salário médio semanal auferido no Estado. O cônjuge sobrevivente terá direito a receber estes benefícios enquanto permanecer com o estatuto de dependente e se não voltar a casar. Terá ainda direito a aumentos anuais conforme a taxa de inflação dois anos após a data do acidente. Se o cônjuge voltar a casar, será pago a cada filho que esteja ao abrigo das condições exigidas \$60 por semana. O montante semanal total pago a filhos dependentes não pode exceder o montante que o cônjuge tenha auferido.

QUANDO PODEM CESSAR OU SER REDUZIDAS AS REMUNERAÇÕES COMPENSATÓRIAS

As remunerações compensatórias podem cessar ou ser reduzidas por diversas razões. Algumas das razões mais comuns, quando é determinada a responsabilidade, são:

- A cessação ou redução ser ordenada por um juiz árbitro, juiz administrativo, pelo Conselho de Recurso ou por um tribunal superior;
- Quando o acidentado tiver voltado ao trabalho (a companhia de seguros deve retomar os pagamentos se, num prazo de 28 dias o acidentado deixar novamente de trabalhar devido à mesma lesão);
- Quando for enviado um relatório do seu médico para a companhia de seguros ou um médico imparcial declarar que o trabalhador está apto para voltar ao trabalho e a sua entidade patronal tenha informado que existe um posto de trabalho adequado para si;
- Quando lhe tenha sido solicitada a comparência a uma avaliação a efectuar pelo técnico de revisão da reabilitação profissional da DIA e tenha recusado comparecer ou recusado colaborar com o sector de fornecimento de serviços de reabilitação profissional;
- Quando lhe tiver sido solicitado que compareça no médico da companhia de seguros para avaliação e não o tiver feito;
- Quando tiver sido preso após condenação por conduta imprópria (misdemeanor) ou delito (felony).

ACORDOS SOBRE PAGAMENTOS GLOBAIS

Pode ser determinado um pagamento global único na sequência de um acordo ou contrato estabelecido entre o trabalhador, a companhia de seguros e, em alguns casos, a entidade patronal. Este pagamento global único pode ser efectuado em substituição da sua remuneração semanal e de outros benefícios. Ao aceitar esse acordo, o trabalhador deixa de poder exercer determinados direitos, pelo que deverá ponderar cuidadosamente se, no seu caso, é vantajoso entrar neste tipo de acordo.

Se a companhia de seguros tiver aceite a responsabilidade legal pelo seu acidente, se decidir resolver o seu caso através de um pagamento único os seus benefícios de saúde continuarão em vigor. Isto significa que a companhia de seguros deve continuar a pagar os tratamentos médicos necessários e razoáveis e os serviços de reabilitação profissional. No entanto, a companhia de seguros tem ainda o direito de negar quaisquer tratamentos que ache desnecessários e não razoáveis.

PRECISA DE UM ADVOGADO?

Não é necessário um advogado para apresentar um pedido de remuneração compensatória, nem para nenhuma tramitação a efectuar perante este departamento. Pode representar-se a si próprio, ou ser representado por alguém por si indicado, incluindo um advogado. Se contratar um advogado, a lei exige que a companhia de seguros pague os respectivos honorários se o trabalhador ganhar o caso. Em determinados casos, a companhia de seguros pode reduzir os pagamentos destinados ao trabalhador para ajudar a pagar a respectiva representação legal. Se o trabalhador perder, o advogado poderá exigir ao trabalhador apenas o pagamento de despesas muito específicas.

SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Se o médico determinar que, devido às suas lesões, o trabalhador não poderá regressar ao seu trabalho, este terá direito a usufruir dos serviços de reabilitação profissional. O objectivo destes serviços é poder inserir de novo o trabalhador no mercado de trabalho auferindo uma quantia o mais próxima possível da que ganhava antes do acidente. Os serviços de reabilitação profissional cobrem todos os serviços não médicos que possa vir a ser necessários para o regresso do trabalhador a um trabalho adequado.

Estes serviços podem incluir a avaliação das suas capacidades; testes vocacionais; aconselhamento ou orientação; modificações no local de trabalho; e/ou ajuda na recolocação num emprego / nova formação oficial.

Se lhe for solicitada a comparência a uma reunião com um dos nossos técnicos de revisão de reabilitação profissional o trabalhador deverá comparecer. Essa reunião destina-se a determinar se é um candidato com direito a estes serviços. Se recusar comparecer a essa reunião, as remunerações compensatórias a que tem direito poderão ser suspensas. Se recusar fazer parte de um programa de reabilitação após ter sido dado como apto, as suas remunerações compensatórias semanais podem ser reduzidas pela companhia de seguros, com a devida autorização deste departamento.

Informação ao público

A Lei sobre Remunerações Compensatórias é complexa, pelo que os procedimentos de preenchimento de pedidos podem parecer complicados e confusos. Esta brochura deverá conter a resposta para a maior parte das suas dúvidas. Se necessitar de mais informações, contacte qualquer um dos nossos departamentos regionais ou o nosso departamento de informações ao público; dentro do Estado do Estado de Massachusetts utilize a nossa linha gratuita: 1-800-323-3249, ext. 470. Para chamadas a partir do exterior do Estado do Estado de Massachusetts, ligue para o número 617-727-4900, ext. 470. Poderá obter mais informações visitando o nosso site www.mass.gov/dia

TDD (serviço de atendimento para deficientes auditivos): 1-800-224-6196

Departamentos regionais do DIA:

Boston: (617) 727-4900; Lawrence: (978) 683-6420; Fall River: (508) 676-3406;

Worcester: (508) 753-2072; Springfield: (413) 784-1133.

COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS, DEPARTAMENTO DE ACIDENTES DE TRABALHO ACIDENTES DE TRABALHO O GUIA DO SISTEMA DE REMUNERAÇÕES COMPENSATÓRIAS é publicado pelo Departamento de Acidentes de Trabalho do Estado de Massachusetts, 600 Washington St., 7th Floor, Boston, MA 02111 – Junho de 2005